

Preservação da Ambiência Histórica: contribuições dos documentos patrimoniais para intervenções em ambientes históricos e culturais

*Historical Ambience Preservation: patrimonial documents contributions for
interventions in historical and cultural environments*

*Preservación de la Ambiência Histórica: contribuciones de los documentos
patrimoniales para las intervenciones en entornos históricos y culturales*

VIEGAS, Cíntia Camila Liberalino

*Mestre, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, 8cintiacamila8@gmail.com*

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão

*Doutor, Professor do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, rubenilson.teixeira@gmail.com*

RESUMO

As transformações na forma urbana das áreas históricas das nossas cidades provocam alterações na percepção das ambiências históricas, vitais para a valorização de nosso patrimônio cultural. Com o objetivo de contribuir para boas práticas de reabilitação do patrimônio, este artigo discute o papel das ambiências históricas para originalidade, criatividade e inovação em projetos de intervenção de bens culturais, tomando como base as recomendações dos documentos patrimoniais. Essas contribuições foram sistematizadas em um banco de dados digital, categorizadas após análise de conteúdo e resultaram na identificação de aspectos determinantes de ambiências históricas, que orientam boas práticas de intervenção em contextos históricos e culturais: envolvente; conservação de elementos da forma urbana; legado cultural a ser transmitido e conservação integrada do patrimônio. As recomendações caminham no sentido de conservar aquilo que é autêntico, integrar os bens culturais aos diversos contextos urbanos contemporâneos, respeitar os valores de antiguidade, as escalas de implantação e utilizar materiais e técnicas adequadas nas intervenções. A preservação de ambiências históricas transmite legados culturais, contribuem para a reafirmação das identidades dos lugares e facilitam interações afetivas entre pessoas e ambientes patrimoniais.

PALAVRAS-CHAVE: ambiência histórica, documentos patrimoniais, intervenções, bens culturais.

ABSTRACT

The urban form transformations of our cities historical areas cause modifications in the perception of historical ambiances, which is vital for the appreciation of our cultural heritage. In order to contribute to good practices in heritage rehabilitation, this article deals with the role of historical ambiances in search of originality, creativity and innovation in the intervention projects of cultural property, based on patrimonial documents recommendations. These recommendations were systematized in a digital database and were classified after their content analysis that resulted in the identification of the determinant aspects of historical ambiances, which orient good intervention practices in historical and cultural environments: surroundings; conservation of urban form elements; cultural legacy to be transmitted and heritage integrated conservation. Recommendations point toward the conservation of what is authentic, the integration of cultural property within the multiform contemporaneous urban contexts, the respect of ancient traditional values, the implementation scales and the suitable use of materials and techniques for interventions. The preservation of historical ambiances conveys

cultural legacy, contributes to the reaffirmation of place identity and facilitates affective interactions between people and patrimonial environments.

KEY-WORDS: *historical ambience, patrimonial documents, interventions, cultural property.*

RESUMEN

Los cambios en la forma urbana de las zonas históricas de nuestras ciudades provocan cambios en la percepción de las ambiências históricas, vital para la valoración de nuestro patrimonio cultural. Con el objetivo de contribuir a las buenas prácticas de rehabilitación del patrimonio, este artículo discute el papel de las ambiências históricas para la originalidad, la creatividad y la innovación de proyectos de intervención de bienes culturales, con base en las recomendaciones de los documentos patrimoniales. Estas contribuciones fueron sistematizadas en una base de datos digital, categorizadas después de análisis de contenido y resultaron en la identificación de los aspectos clave de ambiências históricas, que guían las buenas prácticas de intervención en contextos históricos y culturales: entorno; conservación de los elementos de la forma urbana; legado cultural a ser transmitido y conservación integrada del patrimonio. Las recomendaciones van hacia la conservación de lo que es auténtico, integrar los bienes culturales para diversos contextos urbanos contemporáneos, respetar los valores antiguos, las escalas de implementación y el uso de materiales y técnicas apropiadas en las intervenciones. La preservación de ambiências históricas transmite legados culturales, contribuyen a la reafirmación de la identidad de los lugares y facilitan las interacciones afectivas entre personas y entornos patrimoniales.

PALABRAS-CLAVE: *ambiência histórica, documentos patrimoniales, intervenciones, bienes culturales.*

1 INTRODUÇÃO

As formas urbanas, por constituição, não são estáticas nem permanentes; até os sítios históricos de nossas cidades (normalmente seus núcleos iniciais) sofrem constantes transformações em suas configurações, que se forem muito avassaladoras, comprometem significativamente suas “ambiências históricas”. O Sítio Histórico Urbano (SHU) pode ser compreendido como a

[...] parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987 *apud* CURY, 2000, p. 01).

Nessa definição podemos perceber a relevância do contexto histórico e cultural para o entendimento dos SHUs, que se revela também na historicidadeⁱ local, associada a uma arquitetura de valor patrimonial. Esta associação confere uma ambiência histórica que não deve se desvincular do bem protegido. Por este motivo, nos documentos patrimoniais (convenções, tratados, recomendações, resoluções, cartas, orientações, princípios e normas patrimoniais), é frequente encontrarmos uma forte ligação entre o desejo e as preocupações de se preservar ambiências históricas e as recomendações para intervenções em contextos de ambientes históricos e culturais em suas várias escalas: sítios históricos, conjuntos históricos e monumentos isolados.

Considerando as intervenções em contextos históricos e culturais como fator interferente na manutenção ou no aniquilamento de ambiências históricas, assim como o constante desejo de

preservação destas no caminho da construção de conhecimento para práticas conscientes de reabilitação do patrimônio cultural, o artigo aqui proposto tem como objetivo discutir o papel da preservação das ambiências históricas para a originalidade, criatividade e inovação em projetos de intervenção de bens culturais, tomando como base as recomendações presentes nos documentos patrimoniais, que são algumas das principais fontes de referência para estudos e tomadas de decisão em contexto patrimonial, seja em âmbito nacional ou internacional.

O levantamento destes documentos patrimoniais e suas contribuições fazem parte de um estudo mais abrangente em desenvolvimento (tese de doutorado) que discute, entre outras questões, as consequências socioambientais das transformações na forma urbana de um SHU, que podem afetar ou não a sua ambiência histórica. Os documentos foram encontrados na Internet e em livros que os organizaram (CURY, 2000; LOPES; CORREIA, 2014) e suas contribuições sistematizadas em um banco de dados digital. As contribuições foram categorizadas após análise de conteúdo e resultaram nos “aspectos determinantes de uma ambiência histórica”, que por sua vez podem orientar boas práticas de intervenção em contextos históricos e culturais.

O texto deste artigo está estruturado inicialmente em um breve estado da arte sobre a noção de ambiência histórica, para que em seguida seja possível entender as orientações que os documentos patrimoniais trazem para as intervenções contemporâneas em contextos patrimoniais.

2 A NOÇÃO DE AMBIÊNCIA HISTÓRICA

Uma série de termos como ambiente imediato, atmosfera histórica, quadro envolvente, entorno, contexto, entre outros, são frequentemente utilizados por diversos autores para designar a relação harmônica de um bem cultural ao seu ambiente de implantação, sugerindo a noção de ambiência.

As ambiências são carregadas de conteúdos físicos, sociais, culturais, de uso, temporalidade, entre outros, que operam de modo inconsciente, na medida em que se constroem nas relações cotidianas (THIBAUD, 2004); ou seja, não se limitam a uma relação espacial. São compostas por fatores visíveis e invisíveis que impregnam um determinado lugar e definem sua identidade, influenciando o comportamento das pessoas que vivem ou percorrem o local (ELALI, 2013). Peter Zumthor (2009) também acrescenta reflexões sobre ambiências ao dissertar sobre “atmosferas”, referindo-se a um ambiente que comunica com as pessoas e a vizinhança e provoca um sentimento que contagia, e de modo instintivo, ajudar o ser humano a sobreviver.



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

Na literatura em contexto patrimonial, observa-se a contribuição pioneira de Gustavo Giovannoni (1873-1947), que deriva em grande parte do seu entendimento do organismo urbano como sujeito histórico e como artefato cultural, no qual o tecido urbano antigo é considerado “organismo vivo” e integrado à vida contemporânea, possuindo valor de uso e mantendo sua função museal (RUFINONI, 2013), já fornecendo indícios da preocupação com a Conservação Integrada do patrimônio, ainda no início do século XX. Uma das principais contribuições de Giovannoni que interessa à nossa discussão é o desenvolvimento do seu conceito de “ambiente”, como uma moldura do monumento que possui natureza própria e singular – a “arquitetura maior” – devendo ser objeto de preservação, por comprometer a harmonia e a integridade do monumento construído (KÜHL, 2013). Assim, questiona o isolamento de edificações em relação ao seu “ambiente”, que, segundo ele, compromete a proporção, escala e vida do monumento (CHOAY, 2011).

Sobretudo no século XX, por meio dos documentos patrimoniais, essa noção histórica de ambiência se consolidou e foi definida na Recomendação de Nairóbi sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na Vida Contemporânea (1976) como “enquadramento dos conjuntos históricos”, referindo-se ao “meio envolvente, natural ou construído, que influencia a percepção estática ou dinâmica desses conjuntos históricos, ou que a eles se associa, por relações espaciais diretas ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (LOPES; CORREIA, 2014, p. 209). Os Princípios de La Valetta sobre a Salvaguarda e Gestão de Cidades e dos Conjuntos Urbanos Históricos (2011), já no século XXI, define “contexto do patrimônio urbano histórico” retomando exatamente o mesmo texto presente na Recomendação de Nairóbi (1976) e apresenta ainda a definição de “espírito de lugar”, que também pode ser incorporada à noção de ambiência. Este termo foi exposto pela primeira vez na Declaração de Quebec (2008) como:

[...] os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.), isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar (ICOMOS, 2008, p. 02).

De maneira geral, revisitando os documentos patrimoniais da década de 1930, até os dias atuais, podemos entender que a ambiência histórica compreende uma harmonia na integração de um bem cultural entre suas partes e o seu entorno, entendendo esta harmonia como as vinculações históricas, de uso, sociais, econômicas, culturais, entre tantas outras. Assim, os projetos de intervenção contemporâneos em bens culturais não apenas devem considerar, mas ter como um de seus princípios fundamentais a preservação de suas ambiências históricas.

3 PREOCUPAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM BENS CULTURAIS DE ACORDO COM OS DOCUMENTOS PATRIMONIAIS

Após análise de conteúdo dos documentos patrimoniais com o objetivo de extrair noções de ambiência histórica, identificamos categorias que podem ser entendidas como aspectos determinantes dessa ambiência e que conseqüentemente são importantes para a os projetos de intervenção contemporâneos em bens culturais: (i) a envolvente; (ii) a conservação dos elementos da forma urbana; (iii) o legado cultural a ser transmitido e (iv) a conservação integrada do patrimônio.

Os documentos que aparecem em nossa análise são aqueles em que estes aspectos determinantes aparecem de maneira mais latente, o que não significa que não estejam presentes em outros documentos. A apresentação das recomendações segue a mesma categorização:

Envolvente

De acordo com os documentos patrimoniais, a envolvente se refere principalmente à preservação do entorno dos bens culturais e suas características estéticas, singulares, compositivas, de integridadeⁱⁱ e de autenticidadeⁱⁱⁱ.

Na Carta de Atenas sobre o Restauo dos Monumentos (1931), ao tratar da valorização da arquitetura monumental, é evidente a preocupação com a estética e entorno de edifícios monumentais para que se mantenha o “caráter e fisionomia das cidades” (LOPES; CORREIA, 2014, p. 60). A mesma preocupação podemos encontrar na Carta de Burra (1980), que defende a manutenção de um “entorno visual apropriado”.

A Carta de Veneza (1964) se preocupa com as localizações tradicionais, já dando indícios da preocupação com os deslocamentos do patrimônio monumental, que é bem reforçada na Recomendação sobre a Preservação de Bens Culturais ameaçados por Obras Públicas ou Privadas (1968), ao sugerir que os bens culturais transladados devem se situar em locais de contexto semelhante, e na Recomendação de Nairóbi (1976), que condena as transladações, aceitando apenas por razões de “força maior”. Na mesma época, a Recomendação sobre a Preservação de Bens Culturais ameaçados por Obras Públicas ou Privadas (1968) e a Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico, conhecido também como Manifesto de Amsterdã (1975), defendem a valorização de arquiteturas mais “modestas”, que fazem parte do todo envolvente:



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo: ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

As obras de expansão ou revitalização urbana que [...] suprimem construções de menor importância [...] têm por consequência [...] a destruição das relações históricas e da ambiência dos bairros históricos (RECOMENDAÇÃO SOBRE A PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS AMEAÇADOS POR OBRAS PÚBLICAS OU PRIVADAS, 1968 *apud* LOPES; CORREIA, 2014, p. 135)

Da mesma forma,

Durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes, sem levar em conta o ambiente em que se inserem [...] Os conjuntos, mesmo que não disponham de edificações excepcionais, podem oferecer uma qualidade de atmosfera produzida por obras de arte diversas e articuladas (MANIFESTO DE AMSTERDÃ, 1975 *apud* CURY, 2000, p. 17).

A Carta de Brasília (1995) se preocupa com o equilíbrio entre edifícios e entornos para que se preserve a autenticidade dos conjuntos urbanos com valor patrimonial, enquanto a Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo (1999) traz a preocupação com as intervenções que devem respeitar e manter a integridade dos sítios onde este patrimônio se implanta, garantindo as relações de harmonia entre as construções.

De maneira geral, as recomendações para a envolvente evitam novas construções, demolições e modificações que prejudiquem o entorno em termos estéticos, de integridade e autenticidade; respeitam os valores dos conjuntos urbanos históricos e a escala da implantação dos bens culturais, com destaque para as localizações tradicionais, condenando, na maioria das vezes, os deslocamentos dos monumentos.

Um bom exemplo de intervenção que preservou a envolvente, contribuindo para a conservação de uma ambiência histórica foi a proposta de arquitetos modernistas brasileiros para o Outeiro da Glória no Rio de Janeiro (Figura 1).

Figura 1: Outeiro da Glória (Rio de Janeiro, RJ - Brasil)



Fonte: Marcos Santos, 2008 (gaudiumpress.org).

No início dos anos 1940, a Prefeitura do Rio de Janeiro submete à apreciação do SPHAN uma proposta de ocupação das encostas do Outeiro da Glória com prédios de apartamentos. Lúcio Costa, em relatório, se manifestou contrário à proposta, mas considerou importante tratar a acessibilidade da encosta, evitando a “monumentalidade”:

Quanto ao tratamento da encosta e das rampas e escadas de acesso ao outeiro na parte a ser inicialmente aberta, deve-se evitar qualquer tipo de monumentalidade, não só porque um tal tratamento destoaria das proporções e singeleza aldeã da capela, como porque equivaleria à introdução de um elemento novo e de aparato no aspecto despretensioso e tradicional da encosta arborizada do outeiro, aquilo, afinal, que importa reconstituir, tanto assim que haveria conveniência em se manterem as rampas e escadas parcialmente encobertas pelo arvoredado (COSTA *apud* SUZUKI, 2007, p. 15).

Neste sentido, as preocupações de Lúcio Costa giraram em torno da singeleza, não enfeitar e não simular (SUZUKI, 2007). José Reis, atento às advertências de Lúcio Costa, propôs o uso de rampas de concreto, engastadas na encosta por meio de suportes. O escritório de Burle Marx apresentou posteriormente uma proposta composta por um conjunto de escadas e patamares, bancos e canteiros, oferecendo várias opções de percurso. A execução, que seguiu as orientações de Lúcio Costa, aproveitou ideias de ambos e resultou em pequenas escadas e rampas diretamente sobre o terreno (ROCHA, 2007; ROCHA-PEIXOTO; CASTELLOTTI, 2007). Observa-se, portanto, a preocupação com a manutenção da visibilidade de um bem cultural, integrado espacialmente ao seu ambiente de implantação.

Conservação da Forma Urbana

Quanto à conservação da forma urbana, é evidente a preocupação com as deteriorações dos bens culturais que a Recomendação de Nairóbi (1976) revela como consequências de “usos impróprios, ampliações inconvenientes e transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade”, além daquelas provocadas “por qualquer forma de poluição” (LOPES; CORREIA, 2014, p. 210). Estas deteriorações, por sua vez, prejudicam os elementos que compõem as formas urbanas – dimensões, volumes, cores, harmonia nas alturas, materiais, texturas, composição de fachadas e telhados, proporções, entre outros – expostos por vários documentos patrimoniais; dentre eles: a Carta de Veneza (1964), a Recomendação de Nairóbi (1976), a Carta de Burra (1980), a Carta Internacional de Washington sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas (1987) e o Memorando de Viena (2005).

Alguns documentos discutem a conservação da forma urbana ligada aos aspectos vernaculares dos seus sítios de implantação; dentre eles a Declaração de Tlaxcala (1982), ressaltando a importância da aliança entre materiais e técnicas tradicionais nas formas urbanas vernaculares; a Carta de Brasília

(1995), que alerta para a necessidade de criação de normas especiais que assegurem entornos primitivos; e a Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo (1999), que se preocupa com a coerência de materiais entre edificações originais e novas arquiteturas.

A preocupação com a introdução de elementos contemporâneos nas formas urbanas históricas também se faz bem presente em documentos como a Carta de Veneza (1964), que só tolera novos acréscimos se respeitarem “todas as partes interessantes do edifício” (LOPES; CORREIA, 2014, p. 124); na Carta de Washington (1987) e nos Princípios de La Valetta (2011), que partilham a preocupação com o respeito às organizações espaciais existentes, mas aceitam elementos contemporâneos e mostram a importância destes para a valorização dos conjuntos urbanos históricos:

[...] No caso de ser necessário efetuar transformações em edifícios ou construir novos, todo o acréscimo deve respeitar a organização espacial existente [...] A introdução de elementos contemporâneos, desde que não prejudique a harmonia do conjunto, pode contribuir para a valorização de um conjunto urbano histórico (CARTA INTERNACIONAL DE WASHINGTON SOBRE A SALVAGUARDA DAS CIDADES HISTÓRICAS, 1987 *apud* LOPES; CORREIA, 2014, p. 267).

Assim como

[...] A nova arquitetura deve ser coerente com a organização espacial do conjunto urbano histórico e respeitar a sua morfologia tradicional, sem deixar de exprimir as tendências arquitetônicas do seu tempo e lugar [...] Deve evitar os efeitos negativos que resultam dos contrastes formais drásticos ou excessivos, bem como das fragmentações e interrupções na continuidade do tecido urbano (PRINCÍPIOS DE LA VALETTA SOBRE A SALVAGUARDA E GESTÃO DAS CIDADES E DOS CONJUNTOS URBANOS HISTÓRICOS, 2011 *apud* LOPES; CORREIA, 2014, p. 485).

Portanto, as intervenções na forma urbana de áreas patrimoniais devem manter a autenticidade de suas arquiteturas, e ao mesmo tempo, exprimir as tendências arquitetônicas contemporâneas, para que a leitura/percepção dos tempos das arquiteturas não se torne confusa e promova a transmissão consciente dos legados culturais atribuídos. A utilização de materiais e técnicas adequadas é imprescindível para o alcance desse ideal de reabilitação arquitetônica.

A reabilitação da Ladeira da Misericórdia (Salvador, BA) por Lina Bo Bardi (1987-89), com participação de João Filgueiras Lima (Lelé), é um importante exemplo brasileiro que conciliou materiais, técnicas, valor de antiguidade e expressão arquitetônica contemporânea (Figura 2). As casas do século XVIII foram caiadas, paredes e telhados restaurados, janelas, portas e estruturas de madeira envernizadas, contrafortes de concreto construídos para reforçar as estruturas em ruína e os contrastes entre nova e velha arquitetura feitos por meio de diferenciação de materiais, volumes, aberturas, cores e texturas (NOBRE, 2003; CERÁVOLO, 2013). Essas diferenciações também podem ser verificadas no Entorno da Sé do Porto (Portugal), com destaque para a preservação da silhueta do conjunto (Figura 3).



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

Figura 2: Ladeira da Misericórdia (Salvador, BA - Brasil)



Fonte: Nelson Kon (archdaily.com.br).

Figura 3: Entorno da Sé (Porto - Portugal)



Fonte: Francisco Bernardo, 2009 (farm5.static.flickr.com).



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

Transmissão de um Legado Cultural

Os documentos patrimoniais em que a preocupação com a transmissão de um legado cultural aparece de forma mais latente abordam diferentes aspectos:

A Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno (1933), o Manifesto de Amsterdã (1975), a Declaração de Xi'an (2005), a Carta sobre a Interpretação e Apresentação de Sítios Culturais (2008) e a Carta sobre os Itinerários Culturais (2008), dissertam sobre o papel das formas urbanas e suas envolventes para compreensão e fruição de ambiências históricas para gerações presentes e futuras:

O patrimônio arquitetônico [...] é uma parte essencial da memória dos homens de hoje em dia e se não for possível transmiti-la às gerações futuras na sua riqueza autêntica e em sua diversidade, a humanidade seria amputada de uma parte da consciência de sua própria continuidade (MANIFESTO DE AMSTERDÃ, 1975 *apud* CURY, 2000, p. 2).

A Recomendação de Nairóbi (1976) e a Declaração de Xi'an (2005) destacam a irreversibilidade de algumas transformações da forma urbana que podem aniquilar a transmissão de parte dos legados culturais:

[...] A transformação progressiva e rápida das paisagens urbanas e rurais, os modos de vida, os fatores econômicos e o ambiente natural podem afetar de forma substancial, e por vezes irreversível, a contribuição do contexto para o significado patrimonial do monumento, sítio ou área de interesse cultural (DECLARAÇÃO DE XI'AN, 2005 *apud* LOPES; CORREIA, 2014, p. 434).

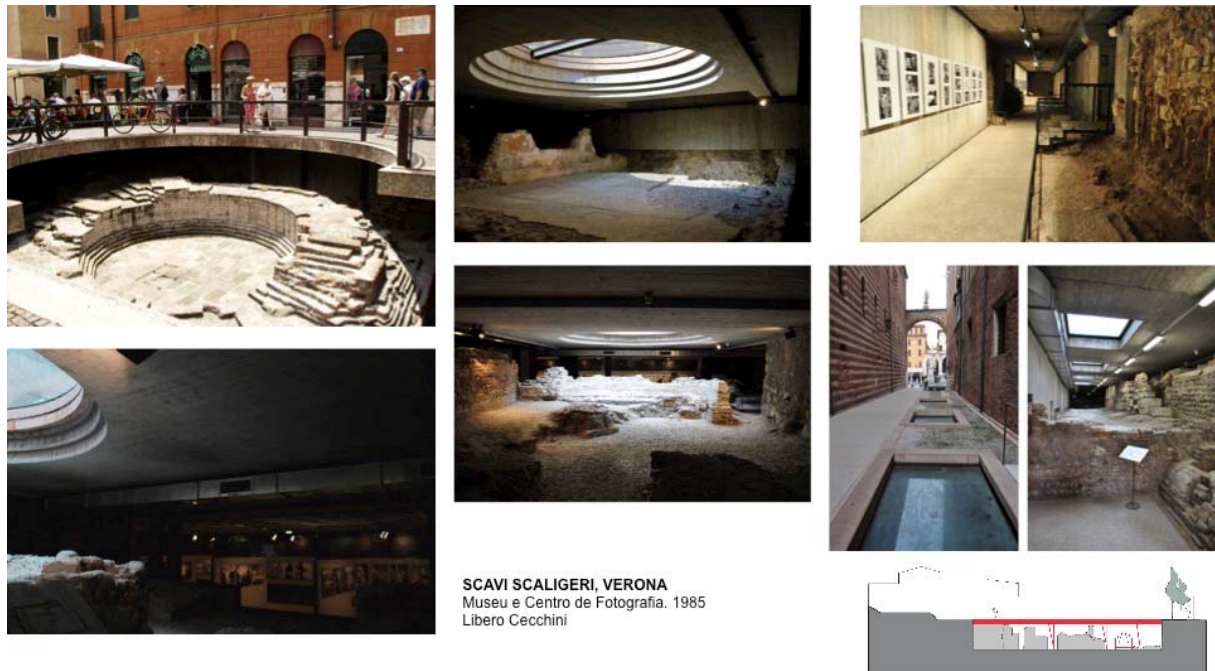
A Declaração de Tlaxcala (1982) se volta para a permissão da continuidade de manifestações arquitetônicas vernaculares contemporâneas; e a Carta de Washington (1987) e Declaração de Xi'an (2005) ressaltam a possibilidade de transmissão não apenas de um legado cultural constituído pelo patrimônio material, mas também pelo patrimônio imaterial, que representa uma grande contribuição para a conservação de ambiências históricas.

Uma maneira de se traduzir as preocupações com a transmissão de um legado cultural nas intervenções é elucidar o conhecimento dos vários aspectos sobre o bem cultural. Nas intervenções sobre ruínas essa preocupação se faz ainda mais presente, uma vez que é frequentemente necessário abrigar, vedar, impermeabilizar e consolidar estruturas, muros e pavimentos, entre outras ações (ALARCÃO, 2009; ZELLI, 2012).

Vejamos o exemplo da intervenção nas Ruínas de Scavi Scaligeri (Verona – Itália) (Figura 4). As ruínas foram preservadas e passaram apenas pelo processo de impermeabilização; o acesso visual foi permitido, mas o contato físico proibido para evitar a deterioração; houve reuso do espaço em vários sentidos – as ruínas foram integradas a uma proposta de musealização, um centro de fotografia foi proposto para parte subterrânea e um passeio público para parte superior – elucidando os usuários

sobre a história e características do bem cultural por meio de sinalização, entre outros meios, e por diversos ângulos visuais (interior e exterior da edificação), fazendo a diferenciação entre o novo e o antigo, como vimos em seção anterior.

Figura 4: Ruínas de Scavi Scaligeri (Verona - Itália)



Fonte: Zelli, 2012.

Conservação Integrada do Patrimônio

Entendemos conservação integrada do patrimônio como o modo de integrar o planejamento, a gestão e a ação nas cidades e territórios, levando em consideração aspectos econômicos, políticos, culturais, ambientais e físico-espaciais (ZANCHETTI, 2003). Ao estabelecer conexões entre conservação integrada do patrimônio e preservação de ambiências históricas nos documentos patrimoniais, percebemos o destaque do Manifesto de Amsterdã (1975) e da Declaração de Amsterdã (1975), redigida um mês depois.

A referida Declaração considera a perda de ambiência do cotidiano tradicional se não houver uma conservação integrada: “a nossa sociedade deverá, a breve trecho, perder o patrimônio arquitetônico e os sítios que caracterizam a ambiência do seu cotidiano tradicional se não se iniciar urgentemente uma nova política de proteção e de conservação integrada desse patrimônio” (LOPES; CORREIA, 2014, p. 194). O Manifesto aponta alguns princípios dessa conservação integrada; dentre eles, o suporte legal (instrumentos jurídicos apropriados aos níveis nacional, regional ou local), administrativo



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

(serviços administrativos dotados de meios adequados), financeiro (incentivos fiscais) e técnico (desenvolver possibilidades de formação e aumentar as perspectivas de emprego para os técnicos e operários especializados).

Outros documentos também estabelecem diálogo entre conservação integrada do patrimônio e ambiências históricas: a Carta do Restauro (1972) enuncia a necessidade e conexão do patrimônio com futuros desenvolvimentos das cidades e de um planejamento físico e territorial adequado; a Recomendação de Nairóbi (1976) ressalta a importância da harmonia dos conjuntos históricos integrada à vida contemporânea; a Carta de Petrópolis (1987) defende a permanência de populações residentes e atividades tradicionais no sítio histórico urbano que sejam compatíveis com a ambiência; o Memorando de Viena (2005) alia o patrimônio à facilitação de mudanças socioeconômicas e crescimento das cidades, no mesmo ano em que a Declaração de Xi'an (2005) considera a interação do patrimônio com o meio cultural, social e econômico; e os Princípios de La Valetta (2011) liga a introdução de elementos contemporâneos da arquitetura dos conjuntos urbanos históricos ao enriquecimento da cidade, mantendo sua histórica estética: " a introdução de elementos da arquitetura contemporânea deve respeitar os valores do conjunto urbano histórico e o seu enquadramento e pode contribuir para enriquecer a cidade, mantendo viva a continuidade da sua história estética" (PRINCÍPIOS DE LA VALETTA, 2011 *apud* LOPES; CORREIA, 2014, p. 485).

Um exemplo de conservação integrada no Brasil aconteceu no Projeto Lagoinha (Belo Horizonte, MG). Desde a década de 1930 a área sofria ameaça de grandes intervenções viárias. Em 1994, com a extensão do Complexo Viário da Lagoinha, a Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com a UFMG, propôs um novo tipo de intervenção com o objetivo de não apenas realizar uma obra viária, mas desencadear a reabilitação da área, num processo participativo. Uma das intervenções realizadas neste contexto foi a revitalização do Mercado da Lagoinha, recuperado com a intenção de se criar um espaço capaz de atender às necessidades culturais e de lazer da comunidade, além da atividade comercial preexistente (Figura 5).

Até 1996 o Projeto Lagoinha, em sua totalidade, colheu bons frutos: intervenções que priorizaram ambiências históricas e não apenas intervenções pontuais, envolvimento da comunidade nas decisões e ações, preservação das populações e atividades tradicionais locais, entre outros; porém, a partir de 1996, por descontinuidade administrativa, o projeto chegou ao fim (CASTRIOTA, 2009).

Figura 5: Mercado da Lagoinha (Belo Horizonte, MG - Brasil)



Fonte: Laura Tomaz, 2014 (fundacaotorino.com.br)

A partir da sistematização das informações contidas nos documentos patrimoniais trabalhados, podemos inferir que a categorização apresentada acima é pertinente para composição de ambiências históricas, decorrente de necessidades como delimitação espacial (envolvente); composição (forma urbana de valor patrimonial); função (contar nossa história e transmitir seu legado cultural para gerações presentes e futuras) e um meio de sobrevivência (conservação integrada do patrimônio). Ademais, elas estão profundamente relacionadas entre si a ponto de quase se sobreporem – especialmente a envolvente e a conservação de elementos da forma urbana – de modo que é o conjunto delas que pode efetivamente contribuir para a manutenção e reforço da ambiência histórica em projetos de intervenção de ambientes históricos e culturais, e não uma delas individualmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração as recomendações presentes nos documentos patrimoniais que buscam a preservação da ambiência histórica em projetos de intervenção de bens culturais, podemos extrair algumas reflexões para a originalidade, criatividade e inovação de projetos contemporâneos, tanto em contexto urbano, como na escala do edifício.

As recomendações expostas não caminham no sentido de se voltar às formas originais dos bens culturais e suas envolventes, mas conservar aquilo que é autêntico e deve ser mantido, com destaque para o uso de materiais e técnicas originais. Dessa maneira é facilitada a transmissão de um legado cultural verdadeiro às gerações do presente e futuras, bem como a integração dos bens culturais aos diversos contextos urbanos contemporâneos, estabelecendo ligações adequadas à malha urbana de nossas cidades e definindo usos e atividades humanas compatíveis com o patrimônio.

Essa conservação do que é original também representa um caminho em direção à inovação, enxergando o patrimônio como parte do desenvolvimento da cidade. Em relação às envolventes e aos elementos da forma urbana, em termos de inovação, é evidente a necessidade de emprego de novas tecnologias, com o cuidado de até certo ponto manter características das obras arquitetônicas e urbanas que possuem valor de antiguidade, modificando apenas aquilo que não é tão representativo de ambiências históricas e seja estritamente necessário para atender necessidades espaciais contemporâneas. O uso de novas tecnologias que não interfiram de maneira física no patrimônio para transmitir legados culturais é essencial, bem como inovação nas políticas para que se atinja um ideal de conservação integrada.

A dificuldade de ser criativo é ainda maior em contexto patrimonial; pois pensar uma nova arquitetura contemporânea que se integre adequadamente às preexistências exige conhecimento técnico profundo, estudo da historiografia, dos usos, costumes e tradições locais, flexibilidade para atender normas e legislações vigentes, entre diversos outros aspectos.

Neste sentido, projetos contemporâneos de intervenção em contextos patrimoniais exigem sempre novas reflexões, corpo técnico qualificado e muitos estudos que evitem a descaracterização do patrimônio e preservem ambiências históricas, capazes de transmitir legados culturais, contribuir para a reafirmação da identidade dos lugares e para as relações afetivas entre pessoas e ambientes de valor patrimonial.

5 AGRADECIMENTOS

À CAPES pela concessão de bolsa de estudos e ao professor José Clewton do Nascimento pelos exemplos preciosos das intervenções brasileiras.

6 REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, P. *Construir na ruína: a propósito da cidade romanizada de Conimbriga*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2009.
- CASTRIOTA, L. B. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CERÁVOLO, A. L. *Arquitetura, restauração e a poética brutalista: Ladeira da Misericórdia (1987-9)*, Salvador-BA. In: Seminário DOCOMOMO Brasil, 10, 2013, Curitiba. *Anais...* Curitiba: X Seminário DOCOMOMO Brasil, 2013. 19 p.
- CHOAY, F. *As questões do património*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CURY, I. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- ELALI, G. Relations entre comportement humain et environnement: une réflexion fondée sur la psychologie environnementale. In: THIBAUD, J. P.; DUARTE, C. R. (orgs.). *Por une écologie sociale de la ville sensible: ambiances urbaines em partage*. Genève: MetisPresses, 2013. p. 63-82.
- ICOMOS. *Declaração de Québec*. Quebec: ICOMOS, 2008.
- KÜHL, B. M. *Gustavo Giovannoni: textos escolhidos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.
- LOPES, F.; CORREIA, M. B. *Patrimônio Cultural: critérios e normas internacionais de proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2014.
- NOBRE, E. A. C. *Intervenções Urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho*. In: Encontro Nacional da Anpur, 10, 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: X Encontro Nacional da Anpur, 2003. 11 p.
- ROCHA, R. José de Souza Reis e o SPHAN: da inconfidência à glória. In: Seminário DOCOMOMO Brasil, 7, 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: 7º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2007. 14 p.
- ROCHA-PEIXOTO, R; CASTELLOTTI, F. Um caminho para a Glória: Lúcio Costa: a construção do passado e mais um milagre. In: Seminário DOCOMOMO Brasil, 7, 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: 7º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2007. 19 p.
- RUFINONI, M. R. Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano. In: KÜHL, B. M. *Gustavo Giovannoni: textos escolhidos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.
- SUZUKI, M. As rampas de acesso ao Outeiro da Glória. In: Seminário DOCOMOMO Brasil, 7, 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: 7º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2007. 30 p.
- THIBAUD, J. P. O ambiente sensorial das cidades: para uma abordagem de ambiências urbanas. In: TASSARA, E. T.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. (orgs.). *Psicologia e ambiente*. São Paulo: EDUC, 2004. p. 347-361.
- ZANCHETI, S. M. *Conservação Integrada e Planejamento Urbano: uma revisão*. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 19, n. 1, p. 107-124, jan./jun. 2003.
- ZELLI, F. *Cubiertas, envoltórios, suelos: las multiples formas de proteger la ruina bajo la contemporaneidad*. Porto: Curso de Estudos Avançados em Patrimônio Arquitectónico, 2012.
- ZUMTHOR, P. *Atmosferas*. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.

ⁱ Qualidade do que é histórico.

ⁱⁱ “Medida da completude e do caráter intacto do patrimônio natural e/ou cultural e seus atributos” (MEMORANDO DE VIENA, 2005).

ⁱⁱⁱ Ligada à ideia de verdade, sobre a qual não há dúvidas (CARTA DE BRASÍLIA, 1995).